VILHENA, Luis Rodolfo. 1997. *Projeto e Missão. O Movimento Folclórico Brasileiro, 1947-1964*. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getulio Vargas. 332 pp.

Elizabeth Travassos
Profa. de Etnomusicologia e Folclore, UNIRIO

O "movimento folclórico" de que trata o livro em questão abrange uma série de empreendimentos de um grupo de intelectuais que almejava, entre outras coisas, o reconhecimento do folclore como saber científico. Organizados em 1947 na Comissão Nacional de Folclore (CNFL), eles ramificaram o movimento em comissões estaduais, promoveram congressos e viabilizaram a criação, em 1958, da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, órgão executivo ligado ao Ministério da Educação. O livro de Luis Rodolfo Vilhena propõe uma abordagem etnográfica da rede de folcloristas conectados à CNFL durante o período de sua mais intensa atividade. Apresentado originalmente como tese de doutorado em Antropologia (PPGAS/UFRJ) e laureado com o 1º prêmio no concurso Sílvio Romero (Funarte) de 1995, o trabalho traz à tona personagens pouco conhecidos dos cientistas sociais contemporâneos e dialoga com as pesquisas que examinam a história das ciências sociais e o "pensamento social" no Brasil.

Uma das impressões marcantes da leitura é a capacidade do autor de tornar reveladoras fontes que poucos seriam capazes de tratar como "preciosas" (:26): a correspondência e as publicações seriadas da CNFL. Embora a produção intelectual que veiculavam tenha envelhecido em algumas décadas, o livro argumenta que o movimento folclórico não pode ser ignorado pelos estudiosos que se interessam pelo "desenvolvimento do campo intelectual brasileiro" (:30). Em seu interior, a história das ciências sociais e a história da antropologia constituem duas dimensões da contextualização proposta pelo autor. Um de seus objetivos é entender como se cristalizou a imagem dos "diletantes exóticos anacrônicos" dedicados à produção de um saber falido como ciência, pois o movimento, apesar disso, "faz parte do *nosso* pensamento social [e] foi responsável pela constituição do campo intelectual no qual nos situamos e agimos hoje" (:268).

A tese central de Vilhena sustenta que o sucesso do folclore como ação mobilizadora foi a outra face da moeda do seu fracasso como ciência. A explicação mais comum do fenômeno consiste em apontar a debilidade teórico-metodológica da pesquisa de folclore, produtora de ideologia, não de conhecimento. Para o autor ela é insuficiente na medida em que os folcloristas tinham muita coisa em comum com outros intelectuais de seu tempo: tomaram a formação da nação como problema básico dos estudos da cultura, apostaram em um modelo de institucionalização vinculado estreitamente ao Estado e elegeram temas de investigação que estiveram presentes, sob outro ângulo, nos trabalhos de sociologia e nos chamados estudos de comunidade.

O capítulo 1 abre o debate metodológico com a historiografia das ciências sociais, particularmente com as perspectivas "sociológica" – que tende a encarar o interesse pelo folclore como um componente da ideologia de elites rurais decadentes – e "institucional" – que atribui a incapacidade de conquistar espaço nas universidades ao caráter pré-científico do saber produzido por folcloristas. Retomado nas conclusões do capítulo 5, o debate emoldura a etnografia do movimento folclórico, na qual são

focalizados: a rede de comissões (capítulo 2); as divergências entre folcloristas e sociólogos (capítulo 3); o ethos do movimento (capítulo 4).

O capítulo 2 mostra que os folcloristas consideravam a institucionalização fundamental, porém não necessariamente nos moldes de uma agremiação acadêmica. A CNFL e seu presidente, Renato Almeida, expandem a rede por meio de comissões estaduais de folclore e adotam a prática de envolver colaboradores do interior, mesmo que fossem diletantes. Do seu ponto de vista, a falta de especialização profissional seria compensada pela intimidade com a cultura rural e interiorana. A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro consagra, em seguida, o modelo de instituição que arregimenta curiosos, conta com apoio estatal e coloca os intelectuais na proximidade do campo político.

Paralelamente à luta pela institucionalização desenvolviam-se processos correlatos de delimitação das fronteiras da ciência do folclore e de estabelecimento da identidade de folclorista científico. Ambos os processos dependiam da autonomização do folclore em face da literatura e da história, campos que tradicionalmente englobavam o pensamento sobre a cultura popular. Inaugurada no final do século XIX por Sílvio Romero, a tensão entre literatura e ciências sociais teve vida longa na história dos estudos de folclore, deixando marcas em Amadeu Amaral e Mário de Andrade.

Parte decisiva do processo de delimitação de fronteiras é examinada por meio da análise das posições de Florestan Fernandes, engajado na polêmica com o folclore. Atento à evolução dos argumentos do sociólogo, Vilhena procura capturar a complexidade dos fatores que frustraram o projeto dos folcloristas. De um lado, a concepção de sociologia que predominou inicialmente nas universidades brasileiras destacava as deficiências de rigor científico dos trabalhos de folclore. De outro, divergências metodológicas entre folcloristas e sociólogos estavam entrelaçadas a concepções distintas da formação nacional. Enquanto os primeiros orientavam as pesquisas na direção das formas que evidenciassem fusões e sincretismos culturais, os segundos indagavam o grau de integração das camadas sociais e grupos étnicos (:167). Finalmente, a "tradição cultural nascente" que os participantes do movimento prezavam não tinha relevância para aqueles que, na linha dos folcloristas europeus, consideravam folclóricos os fenômenos identificados com um estrato cultural muito antigo. Assim, o movimento distanciou-se também das concepções européias e norte-americanas que adotam, respectivamente, os critérios básicos de antiguidade e oralidade na definição de folclore. As discordâncias devem-se, mais uma vez, ao peso das preocupações com a nacionalidade. Sob a égide dos relatos de fundação do Brasil a partir dos três povos formadores, o tema privilegiado pelos estudos de folclore passou da poesia popular à música e em seguida aos "folguedos". O deslocamento revela, segundo o autor, a busca de um objeto que sintetizasse as três matrizes culturais.

Na descrição do ethos dos folcloristas estão as passagens mais originais do livro, que abordam de forma inusitada as práticas de um setor da intelectualidade, como sua maneira de organizar congressos e seu comportamento nesses eventos. A estratégia de mobilização que valorizava intelectuais espalhados em todo o território nacional estava afinada com o empirismo documental e com a ênfase na coleta em detrimento

da conceituação. A tolerância com o colaborador sem especialização profissional, porém espacial e afetivamente próximo da realidade cultural que documenta, fez entrar pelos fundos o amadorismo que o folclore científico quisera expulsar.

À pesquisa somavam-se ações em prol da preservação do folclore e de sua disseminação por meio das escolas. Os participantes do movimento acreditavam que o caráter intervencionista e "artificial" dessas medidas seria compensado pelas possibilidades de "vivência" do folclore nas festas e brincadeiras infantis. Inclusividade, engajamento na defesa de tradições ameaçadas e desprendimento missionário refletiam-se na idéia de "fraternidade folclórica" sublinhada por Renato Almeida. Assim, o espírito comunitário atribuído ao povo estaria espelhado na prática dos estudiosos: "o próprio modelo do movimento folclórico [...] teria por inspiração elementos da cultura folclórica brasileira" (:222). O pesquisador seria ele mesmo um homem "simples" que se identifica com a realidade que estuda. O movimento folclórico produziu, em resumo, um projeto paradoxal de ciência marcado pela "santa continuidade" registrada na epígrafe ao livro: uma ciência em que não há diferença marcante entre leigo e cientista, entre objeto e sujeito de conhecimento, entre participação festiva no folguedo e observação treinada.

Finalmente, o movimento teria ocupado também um lugar "intermediário" no campo intelectual brasileiro, tanto do ponto de vista conceitual quanto institucional. Mais uma vez, a noção de continuidade é a chave para entender a rede de intelectuais que, simultaneamente, conceberam um projeto e assumiram uma missão. Situados cronológica e conceitualmente entre a descoberta da originalidade da cultura mestiça e a percepção do Brasil como país subdesenvolvido, os folcloristas persistiram na discussão da primeira, mas preocupavam-se com o destino das frágeis "tradições nascentes". Entre a institucionalização nos centros mais desenvolvidos do país e a identificação com uma região, o movimento buscou a unidade nacional na diversidade regional.

O livro foge da repetição de estereótipos que cercam os folcloristas, sobretudo porque rejeita explicações deterministas e unilaterais. Assim, se o autor privilegia a abordagem "internalista" dos estudos de folclore, não limita sua análise à discussão do ideário, acionando simultaneamente o exame das ações, formas de institucionalização e de mobilização ampla, relações com as ciências sociais e teorias internacionais de folclore. A opção pelo estudo do *movimento* significou deixar de lado a tradicional análise da obra intelectual de personagens centrais, como Renato Almeida, mas isto provavelmente desviaria o autor do objetivo de focalizá-lo no desempenho do papel de mentor da CNFL.

Por fim, é impossível ler o livro sem ser tocado pelos depoimentos emocionados dos colegas e da família de Luis Rodolfo Vilhena, surpreendidos pelo acidente trágico que interrompeu subitamente os trabalhos que vinha desenvolvendo, alguns deles como desdobramentos de sua investigação detalhada do movimento folclórico.